



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 041

29 de abril de 2020

Manhã

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
PLANALTO	Decreto nº 10.332, de 28.4.2020 , publicada em 29.04.2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
	Decreto nº 10.329, de 28.4.2020 , publicada em 29.04.2020.	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
	Decreto nº 10.328, de 28.4.2020 , publicada em 29.04.2020.	Altera o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.
INSS	Notícias - Segurados poderão pedir mudança do pagamento para conta corrente , publicada em 29.04.2020.	Os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem por meio de cartão magnético poderão solicitar a transferência do pagamento do benefício para depósito em conta corrente, usando o aplicativo ou o site Meu INSS . O procedimento está previsto na Portaria 543 publicada nesta quarta-feira (29/04) no Diário Oficial da União. Vale destacar que a conta deve ser no nome do titular do benefício e o procedimento só será feito mediante requerimento feito exclusivamente pelo Meu INSS .
CSJT	Notícias - Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho se reúne com representantes dos TRTs para reforçar eficiência da atividade jurisdicional , publicada em 28.04.2020.	O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, se reuniu com presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho nesta terça-feira (28) para alinhar questões relativas ao Ato GCGJT 11/2020 , que regulamenta os prazos processuais relativos aos atos que demandem atividades presenciais. O ministro destacou a importância da retomada e da eficiência da atividade jurisdicional no contexto da pandemia do coronavírus.

	<p>Notícias - Live debate singularidades da pandemia sob a perspectiva da saúde e da segurança no trabalho, publicada em 28.04.2020.</p>	<p>O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho promoveu, nesta terça-feira (28), uma live no canal oficial do Tribunal Superior do Trabalho no YouTube para debater a singularidade do momento atual sob a perspectiva da saúde e da segurança no trabalho. A ação marca as ações do Abril Verde no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho.</p> <p>Essa foi a primeira vez que o TST promoveu uma live em seu canal no Youtube. O encontro virtual contou com a coordenadora nacional do Programa Trabalho Seguro, ministra Delaíde Miranda Arantes, e do desembargador Sebastião de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), gestor nacional do programa e representante da região Sudeste.</p>
TRT 10ª Região	<p>Notícias - Para evitar risco de contágio, juiz nega pedido para que ECT mantenha abono pecuniário de férias durante a pandemia, publicada em 29.04.2020.</p>	<p>O juiz Rubens Curado, titular da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, negou pedido de tutela de urgência requerida pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deixasse de suprimir abonos pecuniários de férias cujos pedidos fossem anteriores à edição da MP 927/2020. A chamada venda de um terço de férias representa, na prática, manter o trabalhador em efetivo trabalho, na contramão das diretrizes orientadoras do combate à pandemia, ensejando manifesto perigo de dano inverso, de submeter os trabalhadores ao risco de contágio pelo novo coronavírus, explicou o magistrado em sua decisão.</p> <p>A Federação ajuizou ação civil coletiva, com pedido de concessão de tutela de urgência, com o objetivo de impedir a empresa de efetuar a supressão do abono pecuniário de férias, nos casos em que o pedido de conversão tenha sido feito antes da entrada em vigor da Medida Provisória (MP) 927/2020. Segundo a entidade, com a edição dessa norma, a ECT comunicou a seus funcionários que cancelaria os abonos para férias marcadas a partir do dia 17 de abril, ato que, para a Fentect, ofenderia o direito adquirido e o ato jurídico perfeito dos trabalhadores que fizeram o pedido antes da vigência da MP. A conversão de um terço das férias em abono pecuniário, tendo sido formulada em conformidade com o artigo 143 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui direito adquirido, conclui a entidade.</p>
CNMP	<p>Notícias - Coronavírus: boletim mostra atuação da Comissão da Saúde do CNMP nas duas últimas semanas, publicada em 28.04.2020.</p>	<p>A Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CES/CNMP) apresentou, nesta terça-feira, 28 de abril, o quarto boletim de acompanhamento da pandemia de Covid-19, que traz as principais ações das duas últimas semanas de trabalho.</p> <p>No dia 16 de abril, a conselheira Sandra Krieger, que preside a CES/CNMP, participou de encontro virtual com o Comitê Executivo do Fórum Nacional de Saúde do</p>

		Conselho Nacional de Justiça. O objetivo foi discutir o reflexo da atuação dos operadores do sistema de justiça na prestação de serviços pelas operadoras de planos de saúde. A participação das empresas e de suas associações permitiu a apresentação de propostas de ações para a integração entre os setores público e privado, com o reconhecimento de que a crise de Covid-19 exige estratégias unificadas.
TJRJ	Ato Normativo 13 de 2020 publicada 29.04.2020	Altera o Ato Normativo 12/2020 acerca da sessão de julgamento virtual por meio eletrônico.
ERJ	Notícia - Estado promove rodada de negócios virtual para o Hospital Universitário de Vassouras , disponibilizada em 29.04.2020	Pequenos e médios fornecedores fluminenses de produtos médicos e hospitalares participam, na quinta-feira (30/4), da primeira rodada de negócios do programa estadual Compra Rio em ambiente virtual. O objetivo da iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais - em parceria com o Sebrae/RJ e a Prefeitura Municipal de Vassouras - é realizar contratos de fornecimento com o Hospital Universitário de Vassouras.
	Notícia - Patrulha Maria da Penha distribui cestas básicas para 250 mulheres assistidas , disponibilizada em 29.04.2020	Iniciativa de sucesso no enfrentamento à violência contra mulher, o programa Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida (PMP) entrou também na luta para atender às demandas das famílias mais vulneráveis e prejudicadas com o isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus. Sob a supervisão da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (CAEs) da Secretaria de Estado de Polícia Militar, os policiais militares do programa PMP iniciaram a distribuição de cestas básicas para 250 mulheres assistidas em todo território estadual.
CNJ	Notícia - CNJ e CNMP cobram uso correto do Funpen para conter pandemia do novo coronavírus , disponibilizada em 29.04.2020	O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) se uniram para cobrar o Executivo Federal sobre a correta destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para conter o avanço do novo coronavírus no sistema prisional. O tema foi tratado em nota técnica conjunta assinada na terça-feira (28/4). A emissão de notas técnicas pelo CNJ sobre aplicação do Funpen é prevista em acordo de cooperação firmado em 2016 com o Ministério da Justiça, institucionalizada depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que as prisões brasileiras operam em um estado de coisas inconstitucional.
	Notícia - Tribunal em Pernambuco realiza adoção por videoconferência devido ao coronavírus ,	A espera de quatro anos para se tornarem pais terminou para Daniela Patrícia da Silva e Thiago Ângelo Santos Cavalcante. Inscrito no cadastro para adotantes, hoje Sistema Nacional de Adoção (SNA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desde o fim de 2015, o casal teve a sentença deferida na quinta-feira (23/4) para a adoção da filha Maria, de 1 ano e 11 meses. Em tempos

	disponibilizada em 28.04.2020	de pandemia pelo coronavírus (covid – 19), a audiência de instrução e julgamento para viabilizar a adoção da criança aconteceu de forma diferente. Por meio virtual, através da plataforma emergencial de videoconferência disponibilizada pelo CNJ e regulamentada no Judiciário estadual pernambucano desde 17 de abril, a juíza Christiana Caribé, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, proferiu a sentença.
	Recomendação 64 de 24.04.2020	Recomenda a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos realizados durante a vigência do Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020, como meio de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação causada pelo Coronavírus Sars-cov-2.
Prefeitura do Rio de Janeiro	DECRETO RIO Nº 47391 DE 28 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 29.04.2020	Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO SME N.º 196 , DE 27 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 29.04.2020	Estabelece diretrizes para a entrega do Cartão Cesta Básica para os alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO Nº 3276 DE 28 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 29.04.2020	Suspende o calendário de vistoria 2020 para os modais TAXI, SPPO, STPC, FRETE, TEC E STPL e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO SMIHC Nº 09 DE 28 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 29.04.2020	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos serviços funerários e cemiteriais para os óbitos da Cidade do Rio de Janeiro e a recomendação quanto aos atos de despedida enquanto perdurar a pandemia de covid-19.
CONJUR	Notícia - Juíza gaúcha dá 120 dias de prazo para aposentado retomar pagamento de consignado , disponibilizada em 28.04.2020	<p>A suspensão do contrato de trabalho por causa da pandemia de Covid-19 justifica, por consequência, a suspensão temporária de descontos de empréstimos pessoais diretos no contracheque. Afinal, o inciso V do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) diz que é direito básico do consumidor modificar cláusulas contratuais que estabelecem prestações desproporcionais em razão de fatos supervenientes que as tornam excessivamente onerosas.</p> <p>A adesão tácita a este fundamento levou a juíza Viviane Souto Sant'Anna, da 9ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre, a deferir liminar para suspender, por 120 dias, os descontos de parcelas mensais de empréstimos</p>

		consignados no benefício de um aposentado que, para melhorar sua renda, vinha trabalhando como porteiro.
	Notícia - Por falta de interesse local, juíza suspende decreto que flexibiliza quarentena , disponibilizada em 28.04.2020	Não há interesse local identificável em caso de município que, contra parecer científico referente à pandemia do coronavírus e decreto estadual, publica decreto municipal visando flexibilizar a quarentena de seus cidadãos. Com esse entendimento, a juíza Lucilene Aparecida Canella de Melo, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão Preto, deferiu liminar para suspender o Decreto 100/2020.
	Notícia - TJ-RJ proíbe deputados de organizar protestos contra isolamento social , disponibilizada em 28.04.2020	Na epidemia do coronavírus, princípios de solidariedade se sobrepõem às liberdades individuais. Com esse entendimento, a desembargadora Marianna Fux, do Tribunal de Justiça fluminense, concedeu nesta terça-feira (28/4) tutela de urgência para proibir os deputados federais Daniel Silveira (PSL) e Otoni de Paula (PSC) e a estadual Alana Passos (PSL) de organizar protestos contra o isolamento social.
	Notícia - Justiça cassa liminar que obrigava empresa a fornecer respiradores ao RJ , disponibilizada em 28.04.2020	A distribuição de ações idênticas torna litispendente a mais recente. Com base na regra do artigo 43 do Código de Processo Civil, a 13ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro extinguiu na sexta-feira (24/4), sem resolução do mérito, processo em que a empresa Magnamed Tecnologia Médica havia sido obrigada a entregar 80 respiradores à Prefeitura do Rio.
	Notícia - Calamidade pública justifica que prazo de vencimento de ICMS seja prorrogado no PR , disponibilizada em 28.04.2020	A crise causada pelo novo coronavírus justifica que prazos de vencimento do ICMS sejam prorrogados. O entendimento é do desembargador Guilherme Luiz Gomes, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, em decisão liminar proferida no último dia 20.
	Notícia - TRT-4 retoma prazos dia 4 e mantém trabalho remoto por tempo indeterminado , disponibilizada em 28.04.2020	A direção do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) decidiu manter, por tempo indeterminado, o regime de trabalho remoto integral de magistrados e servidores, bem como a suspensão de atividades presenciais, como forma de prevenção ao novo coronavírus. No entanto, os prazos processuais e regimentais serão retomados a partir de 4 de maio.
Migalhas	Notícia - Governo inclui novas atividades no rol de serviços essenciais , disponibilizada em 29.04.2020	<p>Agora, entram no rol dos serviços e atividades essenciais a produção, distribuição e comercialização de produtos de limpeza e materiais de construção. Foram incluídos também a guarda, uso e controle de substâncias tóxicas, inflamáveis ou de alto risco.</p> <p>As atividades de representação judicial e extrajudicial já estavam incluídas nas essenciais – a alteração foi que a permissão para assessoria e consultoria jurídica pelas advocacias públicas passa a ser permitida apenas “pela advocacia pública da União”.</p>

	<p>Notícia - TJ/SP suspende prazos de todos os processos administrativos no âmbito da Administração Pública, disponibilizada em 29.04.2020</p>	<p>Decisão se deu em ação que questiona decreto estadual que suspendeu prazos, mas manteve os relacionados a processos disciplinares punitivos e procedimentos sancionatórios.</p>
--	--	--

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados